



## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### RESOLUÇÃO Nº 002/2020

O Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia, reunido em sessão ordinária no dia 04 de fevereiro de 2020, deliberou, à unanimidade, pela **homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatoria**, dos Procedimentos Cíveis a seguir indicados:

- 1.1. Inquérito Civil nº 608.0.171680/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 1.2. Procedimento Ministerial nº 608.0.248103/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 1.3. Procedimento Ministerial nº 646.0.162601/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.4. Inquérito Civil nº 699.0.53383/2008, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 1.5. Inquérito Civil nº 597.0.192445/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 1.6. Inquérito Civil nº 003.0.187472/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 1.7. Inquérito Civil nº 191.0.111253/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;
- 1.8. Inquérito Civil nº 596.0.96856/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.9. Inquérito Civil nº 676.0.181266/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa;
- 1.10. Procedimento Ministerial nº 003.0.86200/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.11. Inquérito Civil nº 003.0.178870/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.12. Inquérito Civil nº 597.0.101577/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 1.13. Inquérito Civil nº 003.0.256976/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.14. Procedimento Ministerial nº 592.9.28423/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 1.15. Inquérito Civil nº 003.0.243350/2012, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Feira de Santana;
- 1.16. Inquérito Civil nº 591.0.97375/2013, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.17. Inquérito Civil nº 600.9.21416/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.18. Inquérito Civil nº 600.9.63345/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de



Santo Antônio de Jesus;

1.19. Inquérito Civil nº 674.0.76143/2008, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

1.20. Inquérito Civil nº 167.0.194597/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;

1.21. Inquérito Civil nº 163.0.80421/2009, da Promotoria de Justiça de Maracás;

1.22. Inquérito Civil nº 644.9.195608/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;

1.23. Inquérito Civil nº 597.0.36439/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;

1.24. Inquérito Civil nº 677.0.86494/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;

1.25. Inquérito Civil nº 003.0.149280/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

1.26. Inquérito Civil nº 696.9.97362/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;

1.27. Inquérito Civil nº 003.0.104328/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;

1.28. Inquérito Civil nº 003.0.151856/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;

1.29. Inquérito Civil nº 702.9.40996/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

1.30. Inquérito Civil nº 692.0.123787/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;

1.31. Inquérito Civil nº 674.0.187762/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

1.32. Inquérito Civil nº 646.0.179690/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

1.33. Inquérito Civil nº 646.0.173518/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

1.34. Inquérito Civil nº 598.9.196341/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.35. Inquérito Civil nº 591.0.217667/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

1.36. Inquérito Civil nº 597.9.111272/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;

1.37. Inquérito Civil nº 003.9.15712/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

1.38. Inquérito Civil nº 003.0.99121/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

1.39. Procedimento Ministerial nº 003.0.80300/2008, da 6ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

1.40. Procedimento Ministerial nº 003.0.201375/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

1.41. Inquérito Civil nº 003.0.126570/2007, do Grupo de Atuação Especial de



- Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.42. Inquérito Civil nº 593.9.63633/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
  - 1.43. Inquérito Civil nº 646.0.118300/2009, da 10ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
  - 1.44. Inquérito Civil nº 592.0.188398/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
  - 1.45. Procedimento Ministerial nº 702.0.8254/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
  - 1.46. Inquérito Civil nº 003.9.14604/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
  - 1.47. Inquérito Civil nº 646.0.172531/2011, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
  - 1.48. Inquérito Civil nº 933.9.112945/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
  - 1.49. Inquérito Civil nº 6556.9.11377/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;
  - 1.50. Inquérito Civil nº 708.9.88313/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
  - 1.51. Procedimento Ministerial nº 699.0.180693/2009, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
  - 1.52. Inquérito Civil nº 674.9.65483/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
  - 1.53. Inquérito Civil nº 702.9.32974/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
  - 1.54. Procedimento Ministerial nº 058.9.85161/2017, da Promotoria de Justiça de Capim Grosso;
  - 1.55. Procedimento Ministerial nº 190.9.109090/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
  - 1.56. Inquérito Civil nº 600.9.122432/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
  - 1.57. Procedimento Ministerial nº 003.9.3359/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Dias D'Ávila;
  - 1.58. Inquérito Civil nº 597.0.180946/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
  - 1.59. Inquérito Civil nº 646.0.153066/2015, da 3ª Promotoria de Itabuna;
  - 1.60. Inquérito Civil nº 034.0.31366/2015, da Promotoria de Justiça de Buerarema;
  - 1.61. Inquérito Civil nº 003.9.83916/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
  - 1.62. Inquérito Civil nº 598.0.21471/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
  - 1.63. Inquérito Civil nº 167.0.121800/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
  - 1.64. Procedimento Ministerial nº 702.0.103559/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
  - 1.65. Inquérito Civil nº 646.0.173565/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de



Itabuna;

1.66. Procedimento Ministerial nº 521.0.26907/2013, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;

1.67. Procedimento Ministerial nº 699.9.3558/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

1.68. Inquérito Civil nº 085.9.90882/2019, da Promotoria de Justiça de Conceição do Almeida;

1.69. Inquérito Civil nº 680.9.51987/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Castro Alves;

1.70. Inquérito Civil nº 680.0.183765/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Castro Alves;

1.71. Inquérito Civil nº 593.0.84559/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

1.72. Inquérito Civil nº 646.9.263134/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

1.73. Inquérito Civil nº 003.9.65679/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

1.74. Inquérito Civil nº 228.0.35461/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Pojuca;

1.75. Inquérito Civil nº 696.0.161227/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;

1.76. Inquérito Civil nº 696.9.150224/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;

1.77. Inquérito Civil nº 714.9.53005/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Ibicaraí;

1.78. Inquérito Civil nº 705.0.64607/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso;

1.79. Inquérito Civil nº 646.0.178878/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

1.80. Inquérito Civil nº 003.9.17357/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

1.81. Inquérito Civil nº 608.0.205255/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

1.82. Procedimento Ministerial nº 058.9.83749/2017, da Promotoria de Justiça de Capim Grosso;

1.83. Inquérito Civil nº 705.0.110667/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

1.84. Inquérito Civil nº 699.0.44380/2007, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

1.85. Procedimento Ministerial nº 003.0.133539/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;

1.86. Inquérito Civil nº 591.0.140973/2008, da 2ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

1.87. Inquérito Civil nº 708.0.121284/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

1.88. Inquérito Civil nº 167.0.228978/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;



- 1.89. Inquérito Civil nº 003.9.121988/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.90. Inquérito Civil nº 597.0.157253/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;
- 1.91. Procedimento Ministerial nº 003.0.133558/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 1.92. Inquérito Civil nº 003.9.17569/2017, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.93. Inquérito Civil nº 646.9.4218/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.94. Inquérito Civil nº 646.0.206697/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.95. Inquérito Civil nº 003.0.44401/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Gandu;
- 1.96. Inquérito Civil nº 003.074349/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU.
- 1.97. Procedimento Ministerial nº 592.9.77521/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 1.98. Inquérito Civil nº 708.9.151467/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 1.99. Inquérito Civil nº 600.9.64733/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.100. Inquérito Civil nº 674.9.4983/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.101. Inquérito Civil nº 646.9.202451/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.102. Procedimento Ministerial nº 003.9.125283/2018, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.103. Procedimento Ministerial nº 069.0.104182/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 1.104. Inquérito Civil nº 003.9.131684/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente da Capital;
- 1.105. Procedimento Ministerial nº 003.0.195225/2013, da Promotoria de Justiça especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;
- 1.106. Inquérito Civil nº 674.0.229419/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 1.107. Procedimento Ministerial nº 596.0.143429/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.108. Procedimento Ministerial nº 646.0.19041/2010, da 10ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.109. Inquérito Civil nº 003.0.226051/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 1.110. Inquérito Civil nº 705.0.164498/2013, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 1.111. Inquérito Civil nº 003.9.97085/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 1.112. Procedimento Ministerial nº 674.9.99260/2019, da 4ª Promotoria de



Justiça de Alagoinhas;

1.113. Inquérito Civil nº 600.0.28418/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

1.114. Inquérito Civil nº 003.9.234439/2019, da Promotoria de Justiça de Ubatã;

1.115. Inquérito Civil nº 698.0.63664/2013, da 6ª Promotoria de Justiça de Irecê;

1.116. Procedimento Ministerial nº 674.9.159182/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

1.117. Inquérito Civil nº 279.0.175783/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Estevão;

1.118. Inquérito Civil nº 646.0.188084/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

1.119. Procedimento Ministerial nº 003.9.21433/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

1.120. Inquérito Civil nº 170.0.242160/2016, da Promotoria de Justiça de Miguel Calmon;

1.121. Inquérito Civil nº 590.0.197653/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

1.122. Inquérito Civil nº 590.9.2928/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

1.123. Procedimento Ministerial nº 593.0.13302/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

1.124. Inquérito Civil nº 003.0.13553/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

1.125. Inquérito Civil nº 003.9.55123/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

1.126. Inquérito Civil nº 593.9.140963/2018, da 6ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

1.127. Inquérito Civil nº 003.0.183726/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;

1.128. Procedimento Ministerial nº 680.0.113887/2011, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;

1.129. Inquérito Civil nº 003.0.49712/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

1.130. Inquérito Civil nº 646.0.189123/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

1.131. Inquérito Civil nº 003.9.112346/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

1.132. Inquérito Civil nº 702.0.164845/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

1.133. Inquérito Civil nº 646.0.145590/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

1.134. Procedimento Ministerial nº 003.9.142402/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

1.135. Inquérito Civil nº 003.9.116994/2019 do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;



- 1.136. Inquérito Civil nº 933.0.166998/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 1.137. Procedimento Ministerial nº 593.0.58045/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 1.138. Procedimento Ministerial nº 656.9.57366/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;
- 1.139. Inquérito Civil nº 679.0.111370/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Conceição do Coité;
- 1.140. Inquérito Civil nº 702.0.130710/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 1.141. Procedimento Ministerial nº 069.9.225880/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 1.142. Inquérito Civil nº 167.0.20775/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 1.143. Inquérito Civil nº 001.0.98854/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.144. Inquérito Civil nº 681.0.26830/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 1.145. Inquérito Civil nº 003.0.114549/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.146. Procedimento Ministerial nº 591.9.29231/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.147. Procedimento Ministerial nº 003.0.162660/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.148. Procedimento Ministerial nº 709.9.139398/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 1.149. Inquérito Civil nº 003.9.53364/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso;
- 1.150. Inquérito Civil nº 592.0.134998/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 1.151. Inquérito Civil nº 003.9.219774/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.152. Inquérito Civil nº 705.0.227864/2015, da 6ª Promotoria de Paulo Afonso;
- 1.153. Inquérito Civil nº 593.9.114362/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 1.154. Inquérito Civil nº 674.0.81790/2007, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.155. Inquérito Civil nº 608.9.141607/2018, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 1.156. Inquérito Civil nº 593.0.109302/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 1.157. Inquérito Civil nº 279.0.236463/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Estevão;
- 1.158. Inquérito Civil nº 647.0.45597/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;



- 1.159. Inquérito Civil nº 933.0.197790/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 1.160. Procedimento Ministerial nº 699.9.9572/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 1.161. Procedimento Ministerial nº 676.9.51048/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 1.162. Inquérito Civil nº 268.0.256595/2012, da Promotoria de Justiça de Santa Teresinha;
- 1.163. Procedimento Ministerial nº 088.9.57591/2019, da Promotoria de Justiça de Conde;
- 1.164. Inquérito Civil nº 003.1.67633/2006, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 1.165. Procedimento Ministerial nº 720.9.82871/2017, da Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 1.166. Inquérito Civil nº 699.0.178844/2007, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 1.167. Inquérito Civil nº 676.0.177566/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 1.168. Inquérito Civil nº 003.9.72667/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.169. Inquérito Civil nº 114.0.217165/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 1.170. Inquérito Civil nº 114.9.13125/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 1.171. Procedimento Ministerial nº 597.9.230050/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 1.172. Procedimento Ministerial nº 003.0.179132/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.173. Inquérito Civil nº 593.0.214295/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 1.174. Inquérito Civil nº 003.9.121026/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 1.175. Inquérito Civil nº 347.0.196359/2011, da Promotoria de Justiça de Utinga;
- 1.176. Inquérito Civil nº 003.9.37275/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.177. Inquérito Civil nº 597.9.60873/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 1.178. Inquérito Civil nº 698.9.31191/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Irecê;
- 1.179. Inquérito Civil nº 003.9.83268/2018, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.180. Inquérito Civil nº 003.0.134896/2007, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 1.181. Inquérito Civil nº 003.9.212787/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;



- 1.182. Inquérito Civil nº 646.0.102520/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.183. Procedimento Ministerial nº 596.9.266562/2017, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.184. Inquérito Civil nº 597.9.164339/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 1.185. Inquérito Civil nº 057.9.245534/2017, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;
- 1.186. Inquérito Civil nº 003.9.182400/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 1.187. Inquérito Civil nº 702.9.53679/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 1.188. Inquérito Civil nº 696.9.127718/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 1.189. Inquérito Civil nº 708.9.88013/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 1.190. Inquérito Civil nº 705.0.110297/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 1.191. Inquérito Civil nº 600.9.46747/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.192. Procedimento Ministerial nº 694.0.103673/2009, da Promotoria de Justiça de Rui Barbosa;
- 1.193. Inquérito Civil nº 600.9.27184/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.194. Inquérito Civil nº 608.9.159920/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 1.195. Inquérito Civil nº 593.9.19589/2019, da 6ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 1.196. Inquérito Civil nº 646.0.201567/2016, da 10ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.197. Inquérito Civil nº 674.9.92523/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.198. Inquérito Civil nº 714.0.87769/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Ibicaraí;
- 1.199. Inquérito Civil nº 003.9.121406/2019, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.200. Inquérito Civil nº 597.0.38811/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 1.201. Inquérito Civil nº 646.0.99032/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.202. Inquérito Civil nº 674.0.237420/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.203. Procedimento Ministerial nº 069.9.36001/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 1.204. Inquérito Civil nº 003.9.222113/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 1.205. Inquérito Civil nº 003.9.75642/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de



Meio Ambiente;

1.206. Inquérito Civil nº 003.9.122060/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

1.207. Inquérito Civil nº 003.0.173727/2015, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;

1.208. Inquérito Civil nº 003.9.44364/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

1.209. Inquérito Civil nº 692.9.129382/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;

1.210. Procedimento Ministerial nº 593.0.108358/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

1.211. Inquérito Civil nº 593.9.142388/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

1.212. Procedimento Ministerial nº 593.9.30852/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

1.213. Inquérito Civil nº 646.0.68176/2013, da 10ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

1.214. Procedimento Ministerial nº 647.0.45594/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;

1.215. Inquérito Civil nº 647.9.68604/2017, da 7ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;

1.216. Procedimento Ministerial nº 680.0.240948/2016, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;

1.217. Inquérito Civil nº 598.0.46279/2014, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.218. Inquérito Civil nº 676.0.121864/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;

1.219. Inquérito Civil nº 027.0.53212/2008, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

1.220. Inquérito Civil nº 003.0.169541/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

1.221. Inquérito Civil nº 674.9.101393/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

1.222. Procedimento Ministerial nº 003.9.12149/2018, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

1.223. Inquérito Civil nº 644.9.176672/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

1.224. Inquérito Civil nº 211.0.211472/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;

1.225. Inquérito Civil nº 598.9.83857/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.226. Inquérito Civil nº 003.0.140007/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

1.227. Inquérito Civil nº 003.1.97448/2006, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;

1.228. Inquérito Civil nº 254.0.180157/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Rio Real;



- 1.229. Inquérito Civil nº 003.0.94934/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.230. Inquérito Civil nº 254.9.114541/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Rio Real;
- 1.231. Inquérito Civil nº 186.0.85766/2009, da Promotoria de Justiça de Mundo Novo.
- 1.232. Inquérito Civil nº 600.9.56363/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 1.233. Inquérito Civil nº 720.9.84310/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 1.234. Inquérito Civil nº 003.0.251607/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.235. Inquérito Civil nº 600.9.56381/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 1.236. Procedimento Ministerial nº 003.9.193535/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.237. Inquérito Civil nº 003.9.58405/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.238. Procedimento Ministerial nº 003.9.142780/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.239. Inquérito Civil nº 003.9.191475/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.240. Procedimento Ministerial nº 003.0.166916/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.241. Procedimento Ministerial nº 003.0.150169/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.242. Inquérito Civil nº 647.0.50957/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 1.243. Inquérito Civil nº 646.0.201885/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.244. Inquérito Civil nº 003.9.208194/2018, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.245. Inquérito Civil nº 003.0.12368/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.246. Inquérito Civil nº 719.0.120728/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Seabra;
- 1.247. Inquérito Civil nº 003.9.219653/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 1.248. Inquérito Civil nº 646.0.251509/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.249. Inquérito Civil nº 190.0.155992/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

SALA DAS SESSÕES, 04 de fevereiro de 2020.

**EDIENE SANTOS LOUSADO**

Procuradora-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

**ZUVAL GONÇALVES FERREIRA**

Corregedor-Geral do Ministério Público

**Conselheiros:** Washington Araújo Carigé, Regina Maria da Silva Carrilho, Maria de Fátima Campos da Cunha, Aivaldo Guimarães Cidade, Maria Augusta Almeida Cidreira Reis, Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp, Adriani Vasconcelos Pazelli; e Ricardo Régis Dourado.//

**Publicada no DJE de 06.02.2020**